TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA – PLENO
Ata de Julgamento do dia 17/10/2024
EDITAL DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO N° 44/2024

Aos dezessete (17) dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, às dezesseis horas, sessão presencial, reuniram-se os Auditores do Pleno deste Tribunal, estando presentes o auditor Presidente Afonso Buerger Filho e os auditores Mario Cesar Bertoncini, Adilson Alexandre Simas, Danilo Linhares Costa, Fabricio Mendes dos Santos, Antônio Sergio Fernandes, Rafael Diego de Souza, Alberto Luis Calgaro, o procurador geral Marcelo Silveira, a secretária Natielli Fernanda Vanolli, justificando a ausência dos auditores, e Tiago Meurer da Silva.

1 – PROCESSO 290/2024 – JULGADO
AUDITOR RELATOR: FABRICIO MENDES DOS SANTOS
JOGO: CRICIÚMA X FIGUEIRENSE
CAMPEONATO CATARINENSE SUB-17 SÉRIE A

1.1 Recorrente: **RYAN VIEIRA JESUS DUARTE**
25/03/2007 – PROFISSIONAL

DENÚNCIA DA PROCURADORIA: RYAN VIEIRA JESUS DUARTE (660.138), atleta nº 11 da equipe da CRICIUMA, pelo assim relatado pelo Árbitro da partida:
"DIRETO: EXPULSEI DE FORMA DIRETA APÓS SER INFORMADO PELO QUARTO ÁRBITRO SR. DIEGO DA SILVA RODRIGUES, QUE APÓS O TÉRMINO DA DISPUTA DE PENALIDADES DURANTE UM TUMULTO GENERALIZADO O ATLETA CAMISA NÚMERO 11, SR RYAN VIEIRA JESUS DUARTE DA EQUIPE DO CRICIÚMA, TROCOU CHUTES E SOCOS COM JOGADORES DO FIGUEIRENSE, NÃO FOI POSSÍVEL IDENTIFICAR OS ATLETAS AGREDIDOS PELO MESMO. RELATO QUE NÃO FOI POSSÍVEL APRESENTAR O CARTÃO VERMELHO, POIS HOUVE UM TUMULTO GENERALIZADO." Agindo desta forma, responde o Denunciado pelo previsto nos Artigos 254 A e 257 §1º, (CONCURSO FORMAL) ambos do CBJD

DECISÃO DA COMISSÃO: Por unanimidade de votos conhecer a denúncia, no mérito, com a maioria de votos, condenar o denunciado a pena de 08 (oito) jogos de suspensão com fulcro no artigo 257, § 1º do CBJD, em concurso formal (art.183/CBJD), absorvendo o artigo 254-A/CBJD (aplicado a pena de 04 jogos de suspensão), sem aplicação do artigo 182/CBJD, divergindo no que tange o artigo 257 do CBJD, os auditores Rodrigo Diniz e Diego Vargas que aplicavam a pena de 06 (seis) jogos de suspensão

DECISÃO DO PLENO: Por unanimidade de votos, conhecer o recurso interposto pelo recorrente, e no mérito, com a mesma votação, negar provimento e manter a decisão de 1º grau.

1.2 Recorrente: **JOÃO VITOR STEDILE**
01/02/2007– NÃO PROFISSIONAL

DENÚNCIA DA PROCURADORIA: JOÃO VITOR STEDILE (726.924), atleta nº 03 da equipe da CRICIUMA, pelo assim relatado pelo Árbitro da partida:
"DIRETO: EXPULSEI DE FORMA DIRETA O SR. JOÃO VITOR STEDILE Nº 3 DA EQUIPE DO CRICIÚMA QUE APÓS O TÉRMINO DA DISPUTA DE PENALIDADES DURANTE UM TUMULTO GENERALIZADO O MESMO TROCOU SOCOS E CHUTES COM O ATLETA Nº 4 DA EQUIPE DO FIGUEIRENSE SR. EDEILTON MENDES REIS, ACERTANDO A REGIÃO DO TÓRAX E DAS PERNAS. RELATO QUE NÃO FOI POSSÍVEL APRESENTAR O CARTÃO VERMELHO, POIS HOUVE UM TUMULTO GENERALIZADO."

Agindo desta forma, responde o Denunciado pelo previsto nos Artigos 254 A e 257 §1º, (CONCURSO FORMAL) ambos do CBJD

DECISÃO DA COMISSÃO: Esteve presente o denunciado João Vitor Stedile. Por unanimidade de votos conhecer a denúncia, no mérito, com a maioria de votos, condenar o denunciado a pena de 08 (oito) jogos de suspensão com fulcro no artigo 257, § 1º do CBJD, em concurso formal (art.183/CBJD), absorvendo o artigo 254-A/CBJD (aplicado a pena de 04 jogos de suspensão), com aplicação do artigo 182/CBJD, resultando a pena final de 04 (quatro) jogos, divergindo no que tange o artigo 257 do CBJD, os auditores Rodrigo Diniz e Diego Vargas que aplicavam a pena de 06 (seis) jogos de suspensão e aplicavam a redutora do artigo 182/CBJD.

DECISÃO DO PLENO: Por unanimidade de votos, conhecer o recurso interposto pelo recorrente, e no mérito, com a mesma votação, negar provimento e manter a decisão de 1º grau.

1.3 Recorrente**: PEDRO HENRIQUE FERNANDES DE CASTRO**
10/03/2007– NÃO PROFISSIONAL

DENÚNCIA DA PROCURADORIA: PEDRO HENRIQUE FERNANDES DE CASTRO (731.517), atleta nº 04 da equipe da CRICIUMA, pelo assim relatado pelo Árbitro da partida:
"DIRETO: EXPULSEI DE FORMA DIRETA APÓS SER INFORMADO PELO ÁRBITRO ASSISTENTE 2, SR ALYSONLUIZ MATOS DE LIMA, QUE AO TÉRMINO DA DISPUTA DE PENALIDADES DURANTE UM TUMULTO GENERALIZADO QUE O CAPITÃO CAMISA NÚMERO 4, SR PEDRO HENRIQUE FERNANDES DE CASTRO DA EQUIPE DO CRICIÚMA, FEZ GESTOS OBSCENOS SEGURANDO EM SEU ÓRGÃO GENITAL E MOSTRANDO O DEDO DO MEIO EM DIREÇÃO A JOGADORES E COMISSÃO TÉCNICA DA EQUIPE DO FIGUEIRENSE. RELATO QUE NÃO FOI POSSÍVEL APRESENTAR O CARTÃO VERMELHO POIS HOUVE UM TUMULTO GENERALIZADO."
Agindo desta forma, responde o Denunciado pelo previsto nos Artigos 258, 258 A e 257 §1º, (CONCURSO FORMAL) ambos do CBJD

DECISÃO DA COMISSÃO: Por unanimidade de votos conhecer a denúncia e, no mérito, com a maioria de votos, condenar o denunciado a pena de 06 (seis) jogos de suspensão com base no artigo 257 do CBJD, em concurso formal (art.183/CBJD), absorvendo a pena de 02 (dois) jogos de suspensão aplicada no artigo 258/CBJD, reduzindo a pena pela metade, por aplicação do artigo 182/CBJD, resultando a pena final de 03 (três) jogos de suspensão e absolver o denunciado no que tange o artigo 258-A/CBJD.

DECISÃO DO PLENO: Por unanimidade de votos, conhecer o recurso interposto pelo recorrente, e no mérito, com a mesma votação, negar provimento e manter a decisão de 1º grau.

1.4 Recorrente**: CAUA GONCALVES SERAFIM**
06/09/2007– NÃO PROFISSIONAL

DENÚNCIA DA PROCURADORIA: CAUÃ GONCALVES SERAFIM (759.662), atleta nº 06 da equipe da CRICIUMA, pelo assim relatado pelo Árbitro da partida:
"DIRETO: EXPULSEI DE FORMA DIRETA O SR. CAUA GONÇALVES SERAFIM Nº 6 DA EQUIPE DO CRICIÚMA, QUE APÓS O TÉRMINO DAS DISPUTAS POR PENALIDADES, INICIOU UMA CONFUSÃO GENERALIZADA, FAZENDO GESTOS PROVOCATIVOS BATENDO OS PUNHOS NA FRENTE DOS ATLETAS E DEMEMBROS DA COMISSÃO TÉCNICA DA EQUIPE DO FIGUEIRENSE. FUI INFORMADO PELO DELEGADO DA PARTIDA QUE O MESMO FEZ OS GESTOS E OFENDEU OS JOGADORES E

MEMBROS DA COMISSÃO TÉCNICA COM AS SEGUINTES PALAVRAS "AQUI E TIGRE CARALHO, VÃO SE FUDER, PORRA". RELATO QUE NÃO FOI POSSÍVEL APRESENTAR O CARTÃO VERMELHO POIS HOUVE UM TUMULTO GENERALIZADO."
Agindo desta forma, responde o Denunciado pelo previsto nos Artigos 258, 258 A e 257 §1º, (CONCURSO MATERIAL) todos do CBJD

DECISÃO DA COMISSÃO: Esteve presente o denunciado Cauã Gonçalves Serafim. Por unanimidade de votos conhecer a denúncia e, no mérito, com a maioria de votos, condenar o denunciado a pena de 06 (seis) jogos de suspensão com base no artigo 257 do CBJD, em concurso material (art.184/CBJD), somado a pena de 02 (dois) jogos de suspensão aplicada no artigo 258/CBJD, reduzindo a pena pela metade, por aplicação do artigo 182/CBJD, resultando a pena final de 04 (quatro) jogos de suspensão e absolver o denunciado no que tange o artigo 258-A/CBJD. Divergindo a auditora Lyza e o auditor presidente Diego Vargas que entendia pelo concurso formal.

DECISÃO DO PLENO: Por unanimidade de votos, conhecer o recurso interposto pelo recorrente, e no mérito, com a mesma votação, negar provimento e manter a decisão de 1º grau.

1.5 Recorrente: **GUILHERME GONCALVES DOS REIS**
06/11/2007 – NÃO PROFISSIONAL

DENÚNCIA DA PROCURADORIA: GUILHERME GONCALVES DOS REIS (769.826), atleta nº 15 da equipe da CRICIUMA, pelo assim relatado pelo Árbitro da partida:
"DIRETO: EXPULSEI DE FORMA DIRETA O SR. JOÃO VITOR STEDILE Nº 3 DA EQUIPE DO CRICIÚMA QUE APÓS O TÉRMINO DA DISPUTA DE PENALIDADES DURANTE UM TUMULTO GENERALIZADO O MESMO TROCOU SOCOS E CHUTES COM O ATLETA Nº 4 DA EQUIPE DO FIGUEIRENSE SR. EDEILTON MENDES REIS, ACERTANDO A REGIÃO DO TÓRAX E DAS PERNAS. RELATO QUE NÃO FOI POSSÍVEL APRESENTAR O CARTÃO VERMELHO, POIS HOUVE UM TUMULTO GENERALIZADO." Agindo desta forma, responde o Denunciado pelo previsto nos Artigos 254 A e 257 §1º, (CONCURSO FORMAL) ambos do CBJD.

DECISÃO DA COMISSÃO: GUILHERME GONCALVES DOS REIS (769.826), atleta nº 15 da equipe da CRICIUMA, pelo assim relatado pelo Árbitro da partida: "DIRETO: EXPULSEI DE FORMA DIRETA O SR. JOÃO VITOR STEDILE Nº 3 DA EQUIPE DO CRICIÚMA QUE APÓS O TÉRMINO DA DISPUTA DE PENALIDADES DURANTE UM TUMULTO GENERALIZADO O MESMO TROCOU SOCOS E CHUTES COM O ATLETA Nº 4 DA EQUIPE DO FIGUEIRENSE SR. EDEILTON MENDES REIS, ACERTANDO A REGIÃO DO TÓRAX E DAS PERNAS. RELATO QUE NÃO FOI POSSÍVEL APRESENTAR O CARTÃO VERMELHO, POIS HOUVE UM TUMULTO GENERALIZADO." Agindo desta forma, responde o Denunciado pelo previsto nos Artigos 254 A e 257 §1º, (CONCURSO FORMAL) ambos do CBJD.

DECISÃO DO PLENO: Por unanimidade de votos, conhecer o recurso interposto pelo recorrente, e no mérito, com a mesma votação, negar provimento e manter a decisão de 1º grau.

1.6 Recorrente: **RONALDO TAVARES VILAS BÔAS (OUTROS - 24970)**

DENÚNCIA DA PROCURADORIA: RONALDO TAVARES VILAS BÔAS (RG: 50.413.562-4), GANDULA da partida, pelo assim relatado pelo Árbitro da partida em dois momentos distintos: (PRIMEIRO RELATO) "RELATO QUE AOS 21 MINUTOS DO PRIMEIRO O SR. RONALDO TAVARES VILAS BÔAS COM O RG: 50.413.562- 4, QUE ESTAVA NA FUNÇÃO DE GANDULA DA PARTIDA FOI EXPULSO APÓS ACERTAR COM A MÃO ROSTO DO ATLETA Nº6, SR. JOSÉ HENRIQUE LEITE FONSECA DA EQUIPE DO

FIGUEIRENSE, ESTE MESMO NÃO PRECISOU DE ATENDIMENTO MÉDICO E CONTINUOU NA PARTIDA NORMALMENTE." (SEGUNDO RELATO) "FUI INFORMADO PELO 4º ARBITRO QUE O GANDULA EXPULSO SR. RONALDO TAVARES VILA BÔAS INVADIU O CAMPO DE JOGO PARA PARTICIPAR DA CONFUSÃO." Agindo desta forma, responde o Denunciado pelo previsto nos Artigos 254 A, 258 B, §2º e 257, (CONCURSO MATERIAL) todos do CBJD/2009.
DECISÃO DA COMISSÃO: Por unanimidade de votos conhecer a denúncia, e no mérito com a mesma votação, penalizar o denunciado a pena de 30 (trinta) dias de suspensão para cada artigo tipificado (254-A, 258 B e 257, todos do CBJD), em concurso material (art.184 do CBJD), resultando a pena final de 90 (noventa) dias de suspensão.

DECISÃO DO PLENO: Por unanimidade de votos, conhecer o recurso interposto pelo recorrente, e no mérito, com a mesma votação, negar provimento e manter a decisão de 1º grau.

1.7 Recorrente**: SERGIO MARCOS LOPES**

DENÚNCIA DA PROCURADORIA: SÉRGIO MARCOS LOPES, GERENTE da equipe do CRICIUMA, pelo assim relatado pelo Árbitro da partida: "RELATO TAMBÉM QUE APÓS TODA A CONFUSÃO O SR. SÉRGIO MARCOS LOPES (GERENTE NO CRICIÚMA) SE APROXIMOU DA EQUIPE DE ARBITRAGEM PROFERINDO AS SEGUINTES PALAVRAS: "VOCÊS DEVERIAM PENSAR QUE ELES ESTÃO NA FINAL, E NÃO PREJUDICAR NOSSA EQUIPE, É PARA ESCOLHER SÓ UM OU DOIS ATLETAS PARA EXPULSAR." APÓS ESSA FALA, A ARBITRAGEM INFORMOU QUE SERIA EXPULSO OS ATLETAS IDENTIFICADOS PELA EQUIPE DE ARBITRAGEM, NÃO IMPORTANDO A QUANTIDADE DE ATLETAS. APÓS A EQUIPE DE ARBITRAGEM RESPONDER O MESMO SR. SERGIO MARCOS LOPES EM TOM DE AMEAÇAS E APONTADO O DEDO DE FORMA RÍSPIDA PARA A ARBITRAGEM PREFERIU AS SEGUINTES PALAVRAS: "SE VOCÊS FIZEREM ISSO DE EXPULSAR VÁRIOS ATLETAS, AQUI NO CRICIÚMA VOCÊS NUNCA MAIS APITAM, AQUI VOCÊS NUNCA MAIS VÃO TRABALHAR"." Agindo desta forma, responde o Denunciado pelo previsto nos Artigos 243 C e 258, inciso II, (CONCURSO MATERIAL) ambos do CBJD

DECISÃO DA COMISSÃO: Esteve presente o denunciado Sérgio Marcos Lopes. Por unanimidade de votos conhecer a denúncia, e no mérito, com a maioria de votos, condenar o denunciado a pena 30 (trinta) dias de suspensão e multa pecuniária de R$ 500,00 (quinhentos reais) com base no artigo 243-C do CBJD, em concurso forma (art.183/CBJD), absorvendo a pena de 15 dias de suspensão aplicada no artigo 258 do CBJD, divergindo os auditores Rodrigo Diniz e Phelipe Pelim que absolviam do artigo 243-C do CBJD, Vencido o auditor Relator Marcelo Haviaras que entendiam pela aplicação de 30 dias de suspensão e multa pecuniária de R$ 200,00 (duzentos reais) com fulcro no artigo 243- C/CBJD e absolver do artigo 258 do CBJD, e o auditor Diego Vargas que absolvia o denunciado do artigo 258/CBJD.

DECISÃO DO PLENO: Por unanimidade de votos, conhecer o recurso interposto pelo recorrente, e no mérito, com a mesma votação, negar provimento e manter a decisão de 1º grau.

1.8 Recorrente**: CRICIUMA ESPORTE CLUBE**

DENÚNCIA DA PROCURADORIA: CRICIUMA ESPORTE CLUBE, entidade de prática desportiva, pelo assim relatado pelo Árbitro da partida: "INFORMO QUE APÓS O TERMINO DAS COBRANÇAS DE PENALIDADES INICIOU UMA CONFUSÃO GENERALIZADA ENTRE AS EQUIPES, SENDO QUE HOUVE INVASÃO DE CAMPO DE AMBAS TORCIDAS, PULARAM O ALAMBRANDO DE PROTEÇÃO DA ARQUIBANCADA, NÃO SENDO POSSÍVEL IDENTIFICAR OS TORCEDORES." Agindo desta forma, responde o Denunciado pelo previsto nos Artigos 213, INCISO II, §§ 1º e 3º e 257 § 3º, (CONCURSO MATERIAL) do CBJD.

DECISÃO DA COMISSÃO: Por unanimidade de votos conhecer a denúncia, e no mérito, com a mesma votação, condenar a E.P.D. a pena de multa pecuniária de R$ 2.000,00 (dois mil reais) e perda de 01 (um) mando de campo com fulcro no artigo 213 do CBJD e absolver do artigo 257 do CBJD.

DECISÃO DO PLENO: Por unanimidade de votos, conhecer o recurso interposto pelo recorrente, e no mérito, com a mesma votação, negar provimento e manter a decisão de 1º grau.

1.9 Recorrente**: FIGUEIRENSE FUTEBOL CLUBE S.A.F**

DENÚNCIA DA PROCURADORIA: FIGUEIRENSE FUTEBOL CLUBE, entidade de prática desportiva, pelo assim relatado pelo Árbitro da partida, em dois momentos distintos: (PRIMEIRO RELATO) "INFORMO QUE APÓS O TERMINO DAS COBRANÇAS DE PENALIDADES INICIOU UMA CONFUSÃO GENERALIZADA ENTRE AS EQUIPES, SENDO QUE HOUVE INVASÃO DE CAMPO DE AMBAS TORCIDAS, PULARAM OALAMBRANDO DE PROTEÇÃO DA ARQUIBANCADA, NÃO SENDO POSSÍVEL IDENTIFICAR OS TORCEDORES." (SEGUNDO RELATO) "FUI INFORMANDO PELO DELEGADO DA PARTIDA E PELO SR. JOÃO VICTOR SALVADEGO (SUPERVISOR DA EQUIPE DO CRICIÚMA) QUE AS PORTAS E ARMÁRIOS DO VESTIÁRIO DA EQUIPE VISITANTE FORAM QUEBRADAS PELOS ATLETAS DO FIGUEIRENSE." Agindo desta forma, responde o Denunciado pelo previsto nos Artigos 213 §§ 1º, 2º e 3º, 257 § 3º e 219, (CONCURSO MATERIAL).

DECISÃO DA COMISSÃO: Por unanimidade de votos conhecer a denúncia, e no, com a maioria de votos, condenar a E.P.D. a pena de multa pecuniária de R$ 2.000,00 (dois mil reais), sem perda de mando de campo com fulcro no artigo 213/CBJD e absolver do artigo 219 do CBJD, divergindo a auditora Lyza e o auditor Diego Vargas que absolviam do artigo 213 do CBJD e penalizavam o clube a pena de multa pecuniária de R$ 500,00 (quinhentos reais) com 219 do CBJD, e com unanimidade votos absolver do artigo 257 do CBJD.

DECISÃO DO PLENO: Por unanimidade de votos, conhecer o recurso interposto pelo recorrente, e no mérito, com a mesma votação, negar provimento e manter a decisão de 1º grau.

---

2 – PROCESSO 314/2024 – JULGADO
AUDITOR RELATOR: ANTONIO SERGIO FERNANDES

2.1 Recorrente**: TOMAS DEYVID DA SILVA SANTOS**
23/07/1993 – NÃO PROFISSIONAL

DENÚNCIA DA PROCURADORIA: Processo julgado pela Comissão Disciplinar Especial da Grande Florianópolis.

DECISÃO DA COMISSÃO: DECISÃO DA COMISSÃO DISCIPLINAR ESPECIAL DA GRANDE FLORIANÓPOLIS.

DECISÃO DO PLENO: Processo retirado de pauta, proposta de transação disciplinar.

---

3 – PROCESSO 320/2024 – JULGADO
AUDITOR RELATOR: ADILSON ALEXANDRE SIMAS

3.1 Recorrente**: ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E RECREATIVA RIO GRANDE FUTEBOL CLUBE**

DENÚNCIA DA PROCURADORIA: Processo julgado pela Comissão Disciplinar da Liga.

DECISÃO DA COMISSÃO: DECISÃO DA COMISSÃO DISCIPLINAR DA LIGA.

DECISÃO DO PLENO: Por unanimidade de votos, conhecer o recurso interposto pelo recorrente, e no mérito, com a mesma votação, negar provimento e manter a decisão da Comissão Disciplinar Especial da Grande Florianópolis.

4– PROCESSO 345/2024 – JULGADO
AUDITOR RELATOR: MARIO CESAR BERTONCINI

4.1 Recorrente: MATEUS DI DOMENICO
29/08/1996 – NÃO PROFISSIONAL

DENÚNCIA DA PROCURADORIA: PROCESSO JULGADO PELA COMISSÃO FILIADA A LIGA ESPORTIVA FRONTEIRISTA.

DECISÃO DA COMISSÃO:

DECISÃO DO PLENO: Por unanimidade de votos, conhecer do recurso, para acatar a preliminar de nulidade processual, a partir da denúncia, inclusive esta, determinando a remessa dos autos para a CD para novo processamento.

---

5 – PROCESSO 311/2024 – JULGADO
AUDITOR RELATOR: RAFAEL DIEGO DE SOUZA
JOGO: BRUSQUE X CARLOS RENAUX
COPA SC SUB-17 20244

5.1 TIAGO DALVA HUGUE

DENÚNCIA DA PROCURADORIA: TIAGO DALVA HUGUE, auxiliar técnico da equipe do CARLOS RENAUX, Registro nº 1444 pois, conforme consta da súmula da arbitragem o denunciado fora expulso: "AUXILIAR TECNICO - : Após ser advertido verbalmente aos 2 minutos do 2º tempo pelo 4º árbitro por estar reclamando deforma reiterada e acintosa das decisões arbitrais, sendo informado para cessar o comportamento e respeitar as decisões, fui informado pelo 4º árbitro que o mesmo novamente abandonou a área técnica e caminhou na sua direção gritando: "tu ta vendo o que aquele maluco esta fazendo? Tu não vai fazer nada porra? Tu não esta vendo?". Se referindo a uma decisão arbitral aplicada contra sua equipe. Momento este que fui informado pelo 4º árbitro e o referido foi expulso. Após a expulsão o mesmo se recusou a sair do campo de jogo, precisando ser retirado por um segurança. Ao se retirar o mesmo ainda disse as seguintes palavras em direção ao arbitro da partida: "Seu filho da puta, porque me expulsou? Você só pode estar de sacanagem mesmo, eu não fiz nada." Durante a partida após a expulsão o Auxiliar Técnico continuou próximo ao alambrado do campo questionando as decisões da arbitragem. Após o término da partida com as esquipes já no vestiário e a equipe de arbitragem no vestiário, o Auxiliar Técnico expulso foi até a porta do vestiário da arbitragem e desferiu vários tapas na porta." Agindo desta forma, responde o denunciado pelo previsto nos arts. 258, inciso II e 243-F, §1º, todos do CBJD, ato este em concurso material (art. 184 do CBJD.

DECISÃO DA COMISSÃO: Por unanimidade de votos conhecer a denúncia e com a mesma votação, entender o concurso material e condenar o denunciado a pena de 01 (uma) partida de suspensão com base no artigo 258, inciso II, e, num segundo momento, aplicar a pena de 04 (quatro) partidas com base no 243-F, §1º cumulado com R$ 200,00,00 (duzentos reais) de pecúnia, e, ainda, num terceiro momento,

mais 2 (duas) partidas com fulcro no 258, totalizando 07 (sete partidas) e R$ 200,00,00 (duzentos reais) de multa.

DECISÃO DO PLENO: Por unanimidade de votos, conhecer o recurso, dar parcial provimento, desclassificar a conduta do artigo 243-F/CBJD, para o artigo 258 do CBJD, e aplicar a pena de 03 (três) jogos de suspensão, entendendo por 01 (um) jogo para cada ato, em concurso material (art.184/CBJD) somando as penas. Vencido o auditor relator Rafael de Souza e os auditores Mario Bertoncini e o Afonso Buerger Filho que desclassificam a conduta do artigo 243-F/CBJD, para o artigo 258 do CBJD, e aplicavam a pena de 04 (quatro) jogos de suspensão, entendendo por 01 (um) jogo para o 1º e 2º momento, e 02 (dois) jogos para o 3º ato, em concurso material (art.184/CBJD) somando as penas aplicadas.

---

6 – PROCESSO 306/2024 – JULGADO
AUDITOR RELATOR: RAFAEL DIEGO DE SOUZA
JOGO: RIO GRANDE X GUARANI
COPA SC SUB-17 2024

1 ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E RECREATIVA RIO GRANDE FUTEBOL CLUBE

DENÚNCIA DA PROCURADORIA:RIO GRANDE FUTEBOL CLUBE, entidade de prática desportiva, pelo assim relatado pelo Delegado da partida:
"INFORMO A PRESENÇA DA POLÍCIA MILITAR - VIATURA 6509, DO 16º BATALHÃO, COM O EFETIVO DE 02 (DOIS) POLICIAIS, SOB O COMANDO DO CABO BASTOS, QUE FICARAM DO LADO EXTERNO DO CAMPO (ESTACIONAMENTO). CITO QUE, A CHEGADA DO EFETIVO POLICIAL FOI ÀS 15H07 E QUE OCORREU SAÍDA DA VIATURA AOS 27 MINUTOS DO 1º TEMPO, SENDO A PARTIDA PARALISADA POR 13 MINUTOS ATÉ O RETORNO DA MESMA. REGISTRO, QUE A EQUIPE DO RIO GRANDE APRESENTOU OFÍCIO DESTINADO A PM SEM SER EMITIDO PELA AGREMIAÇÃO E SEM APRESENTAR O PROTOCOLO DE RECEBIMENTO POR AQUELA INSTITUIÇÃO ATÉ O FECHAMENTO DESTE RELATÓRIO."
Agindo desta forma, responde a Denunciada pelo previsto no Artigo 191, inciso III, do CBJD/2009 cc Artigo 29, do REC/2024.

DECISÃO: Por unanimidade de votos conhecer a denúncia e, no mérito, com a mesma votação condenar o denunciado a pena pecuniária de R$ 100,00 por minuto, totalizando R$ 2000,00 (dois mil reais) com base pelo previsto no Artigo 191, com a suspensão do presidente em caso de não pagamento das multas.

DECISÃO PLENO: Por unanimidade de votos, conhecer o recurso interposto pelo recorrente, e no mérito, com a maioria de votos, dar parcial provimento e diminuir a multa pecuniária para R$ 400,00 (quatrocentos reais), vencido os auditores Danilo Linhares, Alberto Calgaro e o auditor Presidente Afonso Buerger Filho que davam provimento e absolviam o recorrente.

---

7 – PROCESSO 333/2024 – JULGADO
AUDITOR RELATOR: ADILSON ALEXANDRE SIMAS
JOGO: RIO GRANDE X BARUCH
COPA SC SUB 17 2024

1 ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E RECREATIVA RIO GRANDE FUTEBOL CLUBE

DENÚNCIA DA PROCURADORIA:ASSOC. ESP. E RECREATIVA RIO GRANDE FUTEBOL CLUBE, entidade desportiva devidamente inscrita junto a Federação Catarinense de Futebol - FCF pois, relatório do delegado da partida, consta a seguinte informação:
"Equipe mandante apresentou 04 seguranças para a partida, porém sem a apresentação de CNPJ de empresa registrada na Policia Federal e sem coletes refletivos. *Não foi apresentado Oficio para a PM. *Cito, que a equipe do Rio Grande FC entregou a de jogadores às 19h13. *Maqueiros e gandulas não estavam utilizando uniforme padronizado, apenas coletes."
Agindo desta forma, responde a Denunciada pelo previsto no artigo 191, inciso III do CBJD/2009 c/c art. 25 e 29 do Regulamento Específico da Competição e Diretriz Técnica Competições Não Profissionais da FCF.

DECISÃO: Por unanimidade de votos conhecer a denúncia e, no mérito, com a mesma votação condenar o denunciado a pena de multa pecuniária de R$ 1.000,00 (mil reais) e suspensão do presidente com base no § 2º do artigo 191 do CBJD.

DECISÃO PLENO: Por unanimidade de votos, conhecer o recurso, interposto pelo recorrente, e com a maioria de votos, dar parcial provimento e diminuir a pena pela metade, resultando a multa pecuniária de R$ 500,00 (quinhentos reais). Vencido o auditor Mario Bertoncini e auditor Presidente Afonso Buerger Filho que negavam provimento.

---

8 – PROCESSO 328/2024 – JULGADO
AUDITOR RELATOR: ANTÔNIO SERGIO FERNANDES

1 IMBITUBA FUTEBOL CLUBE

DENÚNCIA DA PROCURADORIA: IMBITUBA FUTEBOL CLUBE, entidade de prática desportiva, pelo assim relatado pelo retromencionado Diretor:
"ENCAMINHAMOS A VOSSA EXCELÊNCIA O OFÍCIO DO IMBITUBA FUTEBOL CLUBE LTDA, COMUNICANDO A SUA DESISTÊNCIA EM PARTICIPAR DO CAMPEONATO CATARINENSE DE FUTEBOL PROFISSIONAL SUB 23, DA SÉRIE "C" DE 2004."
Agindo desta forma, responde a Denunciada pelo previsto nos Artigos 204, do CBJD/2009 cc Artigo 86 do RGC/2024.

DECISÃO: Por unanimidade de votos conhecer a denúncia e, no mérito, com a mesma votação condenar o denunciado a pena de multa pecuniária de R$ 10.000,00 (dez mil reais) e suspensão de campeonatos por 02 (dois) anos com fulcro no artigo 204 do CBJD c/c 86 do RGC/2024.

DECISÃO PLENO: Por unanimidade de votos, conhecer o recurso interposto pelo recorrente, e com a mesma votação, negar provimento, e manter a decisão de 1º grau.

Todas as multas aplicadas têm o prazo para o pagamento de até 15 (quinze) dias, conforme Resolução n°004/2021.

Afonso Buerger Filho
Presidente TJD/Fut./SC